

Polícia Civil mantém a greve

O impasse continua. Em assembleia realizada ontem pela manhã em frente ao Palácio do Buriti, pouco mais de 500 agentes da Polícia Civil, segundo cálculos do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol), decidiram continuar com a greve que já se arrasta por nove dias.

De nada adiantou o secretário Adjunto de Administração, Márcio Baiochi, subir no carro de som e reapresentar a proposta que já tinha sido feita anteriormente aos grevistas.

Um por um, o secretário leu os onze pontos que fazem parte da pauta dos grevistas e apresentou propostas do Governo do Distrito Federal (GDF) para sete reivindicações. Para resolver as outras quatro, Baiochi propôs que, juntos, policiais e governo procurassem viabilizar recursos junto à União (veja quadros).

As propostas do GDF foram rechaçadas pelos grevistas que exigiram que as negociações fossem feitas diretamente pelo secretário de segurança, Roberto Aguiar. "Ele (Baiochi) não entende nada de segurança pública. A partir de hoje só

vamos conversar com o secretário da pasta", afirma o diretor adjunto de comunicação do Sinpol, Marcos Xavier.

"Não queremos saber de promessas. Há mais de dois anos, o GDF vem prometendo cobrar da União esses repasses e não o fez", diz Xavier. "Queremos propostas concretas para as nossas reivindicações", completa.

Se os grevistas estão irredutíveis em sua posição, o governo argumenta que não tem mais o que ceder. "Estamos no nosso limite. E não é noventa e nove por cento. É cem por cento. Não temos mais o que ceder", diz Baiochi.

Sobre as críticas de que não entende de segurança pública, Baiochi respondeu que entende de negociação. "Quem negocia não sou eu ou o Aguiar. Somos nós dois, orientados pelo governador Cristovam Buarque", afirma.

DESCONTO

O que foi prometido de imediato pelo GDF, entre outras coisas, é a volta do desconto de apenas 6% do INSS, na folha de pagamento, para os 1.800 policiais que ganharam es-

REIVINDICAÇÕES	
DEPENDEM DE REPASSE DE VERBAS DA UNIÃO	
■ Pagamento das Gratificações por Operações Especiais	a tickets de alimentação que não vem sendo entregues desde 1996
■ Pagamento do Retroativo do adicional noturno de 1992 a 1995	■ Pagamento do atrasado do INSS, que em vez de 6% foi cobrado 12%, de 1992 até setembro de 1997
■ Pagamento do retroativo referente	
DEPENDEM DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	
■ Restabelecimento do desconto de 6%, em vez de 12%, do INSS em cumprimento a decisão judicial	grevistas por parte da direção da Polícia Civil
■ Pagamento do adicional noturno a partir de dezembro de 1997	■ Pagamento de horas extras
■ Pagamento das progressões funcionais, que não são pagas desde setembro de 1997	■ Implantação do horário corrido
■ Não haver perseguições contra	■ Folga de pagamento
	■ Equiparação interna de agentes contratados a partir de fevereiro de 1997 com os agentes mais antigos

se na justiça. Além disso, os valores cobrados a mais nos meses de fevereiro e março seriam ressarcidos. O desconto, que passou de

6% para 12%, no mês de fevereiro, foi o estopim para a greve.

A solução, no entanto, se restringe apenas aos policiais que conse-

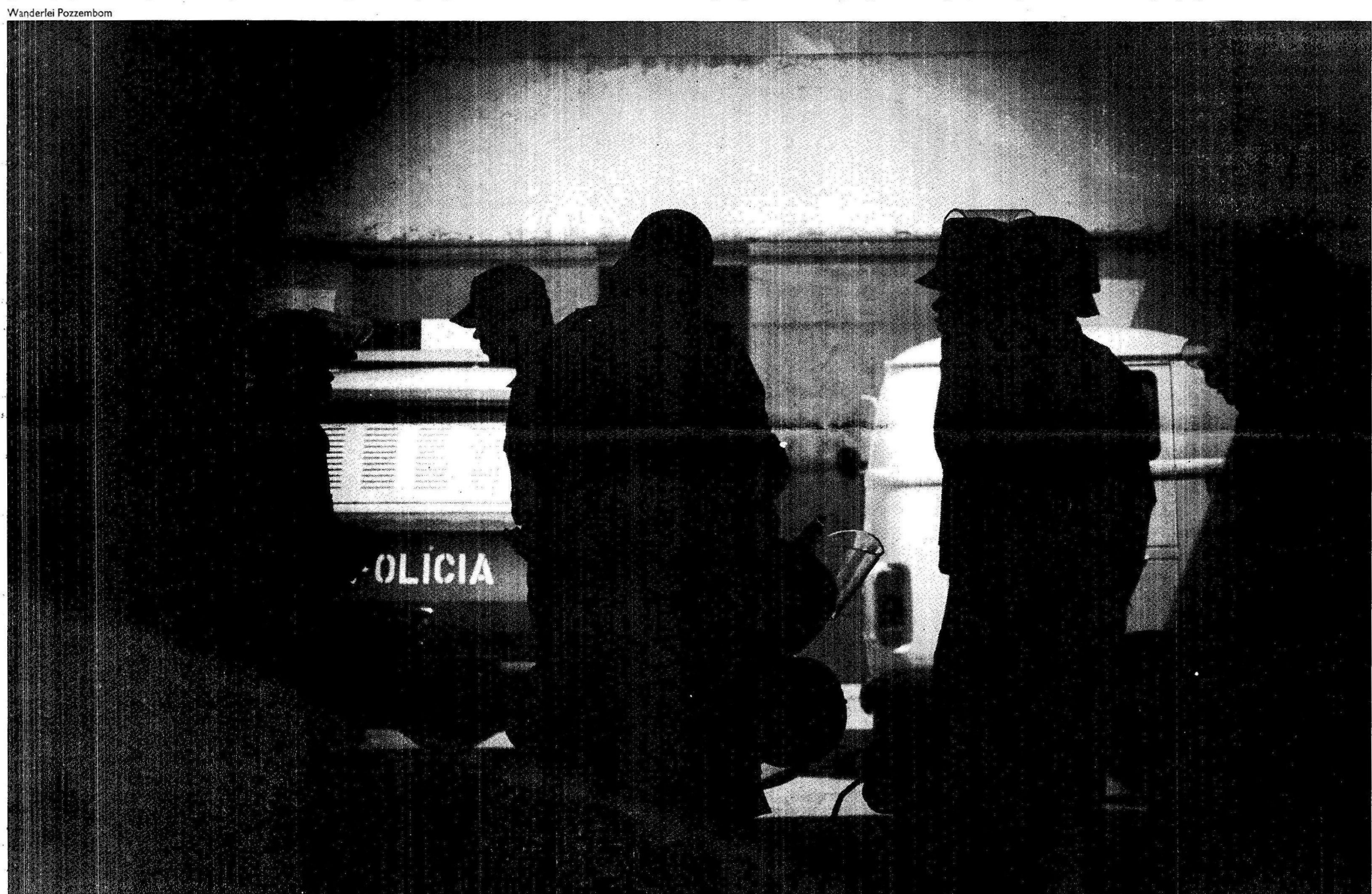
guiram a "decisão de mérito" na justiça. "Queremos que isso seja estendido aos agentes que ganharam liminares", reclama Xavier.

Os policiais ganharam na justiça o direito de ter um desconto de 6%, o que vinha sendo feito pelo governo desde setembro de 1997, segundo Baiochi. Em fevereiro, o governo passou a cobrar 12%. Isso provocou a greve.

Além disso, os agentes reclamam que desde 1992 o governo desconta 12% no salário e querem o pagamento do valor total dessa diferença. Baiochi diz que esse dinheiro precisa ser repassado pela União.

"O valor descontado na folha para o INSS tem que ser estipulado pelo legislativo de cada estado. Só que no Distrito Federal não temos uma lei que determine isso", garante Baiochi. "Então a justiça determinou que cobrássemos o mesmo de quando a gestão do Distrito Federal ficava a cargo da União. Ou seja, seis por cento", diz.

Segundo o secretário, não são só os policiais que sofrem com o desconto de 12%. "Os professores, médicos e outros profissionais também tem que pagar isso", afirma.



Rebelião de 80 detentos das alas 2 e 4 da carceragem da Coordenação de Polícia Militar mobilizou tropa de choque da PM, bombeiros e agentes da Polícia Civil, mas foi logo controlada